

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

ICF

Intenção de Consumo das Famílias

Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Dezembro de 2020

SUMÁRIO

EMPREGO, RENDA E CONSUMO ATUAIS	2
PERSPECTIVA PROFISSIONAL	4
ACESSO AO CRÉDITO	4
PERSPECTIVA DE CONSUMO	5
MOMENTO PARA DURÁVEIS	6
CONCLUSÃO	7
METODOLOGIA	9

Intenção de Consumo das famílias catarinenses não reage e segue em retração pelo sétimo mês consecutivo, atingindo baixa histórica

O indicador ficou em 54,3 pontos numa escala de 0 a 200

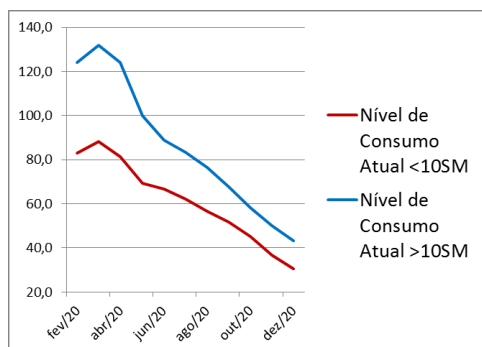
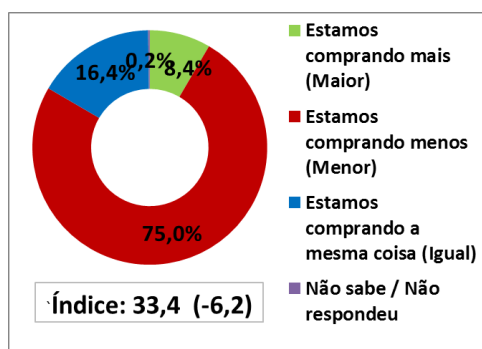
INDICADOR	DEZ/20	VARIAÇÃO MENSAL	VARIAÇÃO ANUAL
Emprego Atual	68,7	-5,2%	-42,0%
Perspectiva Profissional	67,7	0,8%	-50,1%
Renda Atual	71,2	-8,8%	-41,8%
Acesso ao Crédito	57,6	-6,9%	-49,0%
Nível de Consumo Atual	33,4	-15,7%	-64,9%
Perspectiva de consumo	52,1	-9,0%	-51,6%
Momento para duráveis	29,3	-8,6%	-66,0%
ICF	54,3	-7,0%	-51,2%

EMPREGO, RENDA E CONSUMO ATUAIS

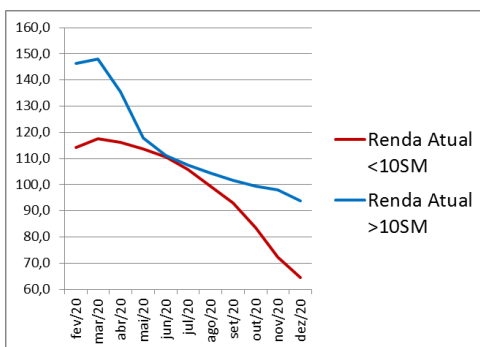
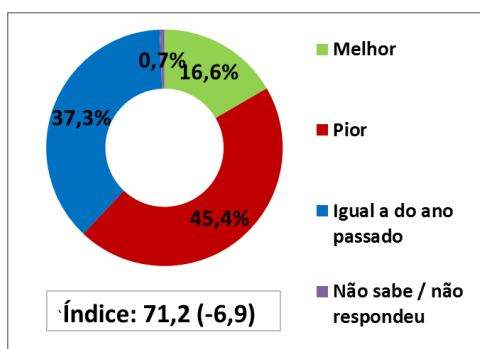
A pesquisa de Intenção de Consumo das Famílias permite avaliar tanto a situação atual quanto as expectativas e perspectivas dos principais aspectos relacionados ao consumo em Santa Catarina. Também é possível analisar os dados conforme recorte de faixa de renda familiar menor ou maior que 10 salários mínimos (SM). Os três indicadores referentes às condições atuais demonstram que o impacto da crise e pandemia sobre os consumidores ocorreu de maneira mais intensa a partir de abril (coleta dos dados ao final do mês precedente).

O indicador do nível de consumo atual encontra-se 64,9% menor que o mesmo mês do ano passado e cada vez mais consumidores relatam estarem comprando menos do que antes, proporção que atingiu três a cada quatro consumidores catarinenses em dezembro e passou a ser o segundo indicador da pesquisa com maior redução na comparação anual, atrás apenas do momento para duráveis. As perdas vêm se acelerando neste e em vários outros indicadores de consumo do ICF desde julho, sendo o componente mais impactado no mês, ao cair 15,7%, um dado extremamente preocupante pela velocidade da deterioração. Já o indicador acerca do Emprego Atual continuou a cair em ritmo similar, mas menos do que o mês passado, registrando variação negativa de 5,2% - 45,4% dos entrevistados relatam estarem menos seguros em relação ao seu emprego e aqueles que relataram estarem desempregados subiu de 10,3% para 10,7%. Mesmo assim, a retração anual do emprego atual (-42,0%) é menor do que observado no indicador de consumo.

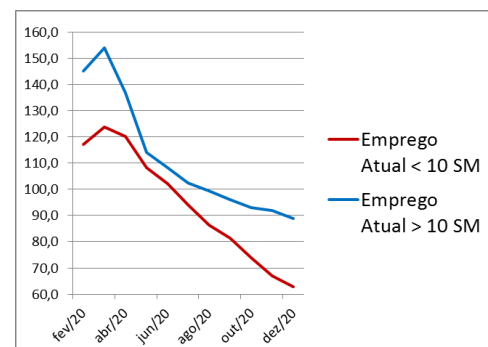
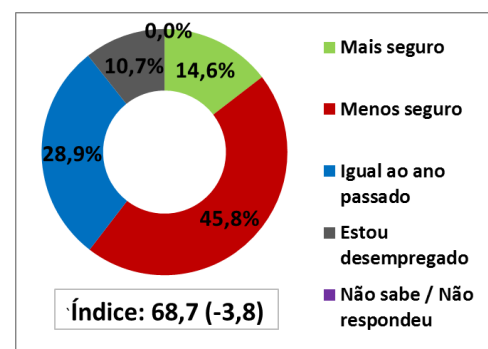
Nível de Consumo Atual



Renda Atual



Emprego Atual



A renda atual continua a ser o indicador menos impactado desde o início da pandemia, com redução anual de 41,8%, caindo para 71,2 pontos (na escala de 0 a 200), porém suas perdas também aceleraram, especialmente para as faixas de renda abaixo de 10 SM, o que pode estar colateralmente relacionado à redução de 50% do Auxílio Emergencial e também pressões inflacionárias que reduzem o poder de compra e pioram a percepção sobre a renda atual. Por fim, os três indicadores da situação atual referente à intenção de consumo se encontram no seu patamar mais baixo em toda a série histórica iniciada em janeiro de 2010.

É interessante analisar que o impacto da pandemia sobre o nível de consumo ocorreu de maneira bastante similar para as duas faixas de renda analisadas, de maneira que as faixas superiores de renda mantiveram-se em nível sustentadamente maior do que as faixas menores, o que agora parece mudar com a aceleração das perdas nos níveis de consumo das faixas de renda mais altas, considerando a diferença nas perdas de renda e de segurança no emprego atual, o movimento predominante no consumo das faixas de renda mais altas deve estar associado à precaução e represamento, com constituição de reservas em poupança e investimentos. Em relação à renda e emprego atuais, o impacto inicial ocorreu de maneira proporcionalmente mais intensa para famílias de maior renda, quando houve então uma convergência das faixas de renda para esses indicadores, que agora voltam a divergir na medida em que as perdas se agravam para rendas abaixo de 10 SM, enquanto o ritmo se mantém mais estável para as faixas acima.

Emprego Atual	até 10sm - %	mais de 10sm - %
Mais seguro	15,7	10,7
Menos seguro	52,8	21,8
Igual ao ano passado	17,8	67,0
Estou desempregado	13,6	0,5
Não sabe / Não respondeu	0,0	0,0
Índice	62,9	88,8

Renda Atual	até 10sm - %	mais de 10sm - %
Melhor	17,3	14,2
Pior	52,7	20,3
Igual a do ano passado	29,1	65,5
Não sabe / não respondeu	0,9	0,0
Índice	64,6	93,9

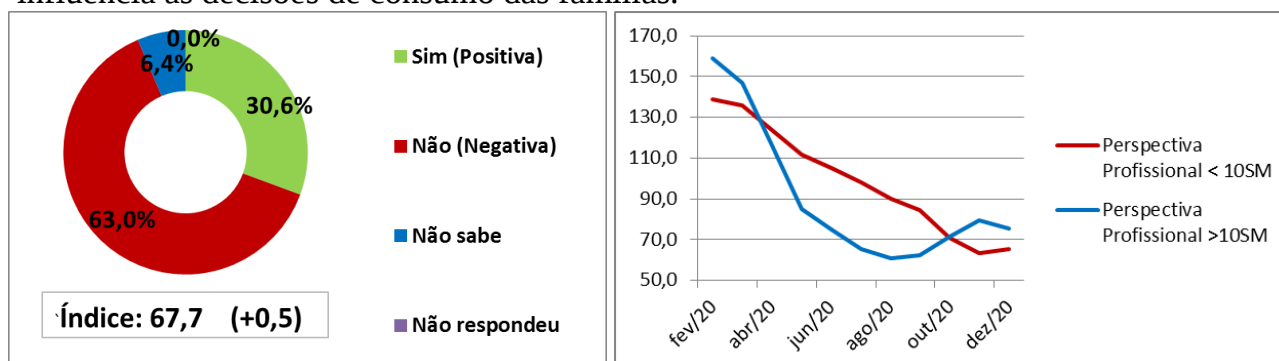
Ao analisar a distribuição das respostas segundo a renda, também se percebe que a redução mais abrupta dos indicadores para as faixas superiores ocorre predominantemente por um incremento substancial naqueles que permanecem em situação “igual a do ano passado”, com redução daqueles que estariam “melhores”, ainda que nos últimos meses também tenha crescido, em ritmo bem menor, a proporção de respostas negativas. A dinâmica de redução para as faixas de renda abaixo de 10 Salários mínimos, por sua vez, caracteriza-se predominantemente pelo incremento de respostas sobre a piora da renda e menos segurança no emprego, processo que também explica o retorno de trajetórias divergentes entre as faixas de renda nos últimos meses da pesquisa.

PERSPECTIVA PROFISSIONAL

Em setembro, o indicador de perspectiva profissional apresentava uma desaceleração significativa de sua queda na variação mensal, com redução de 4,8%, porém em outubro a piora voltou a acelerar caindo 10,2%. Já em novembro houve novamente uma desaceleração das perdas, com queda de 5,9% em relação ao mês anterior e agora em dezembro registra a primeira variação positiva do ICF desde março. O crescimento de 0,8%, porém, é bastante restrito e ainda apresenta mais uma contenção da queda do que uma recuperação. Comparado ao mesmo mês do ano passado a diferença é de -50,1%, o que reflete a piora do mercado de trabalho, não apenas em suas condições atuais, mas também nas expectativas futuras dos consumidores. Ainda que o indicador tenha observado ligeira melhora, manteve-se o mesmo nível daqueles que consideram suas perspectivas profissionais como negativas, que representam 63,0% das respostas, a melhora se deu, portanto, a partir de uma redução daqueles que informaram não saber e pequeno incremento em perspectivas positivas.

Em relação às faixas de renda, a perspectiva profissional das famílias com renda acima de 10 salários mínimos foi muito mais duramente impactada no início, sendo o único indicador em que tal faixa ficou em patamar (60,7 pontos) inferior às faixas de renda familiar abaixo de 10 salários mínimos (90,1 pontos), o que pode estar relacionado a uma maior sensibilidade relativa das atividades profissionais dessas faixas de renda, como também por assimetrias de informação em relação ao impacto da crise em seu setor e carreira. Após tais faixas de renda superiores iniciarem uma recuperação das perspectivas profissionais em Setembro, houve aceleração dessa recuperação em Outubro (+14,9%) o que fez com que tais perspectivas voltassem a ultrapassar aquelas das faixas de renda até 10 SM, que apresentaram aceleração de suas perdas (-15,6%), com movimentos praticamente opostos. Em novembro, as faixas superiores seguiram melhorando suas perspectivas, em ritmo ligeiramente menor (11,3%), enquanto as faixas de renda abaixo de 10 SM novamente apresentaram movimento inverso, caindo -10,9%, uma pequena desaceleração em relação ao mês anterior. Em dezembro a melhoria do indicador foi puxada pelas faixas de renda até 10 SM, enquanto as faixas acima observaram movimento inverso.

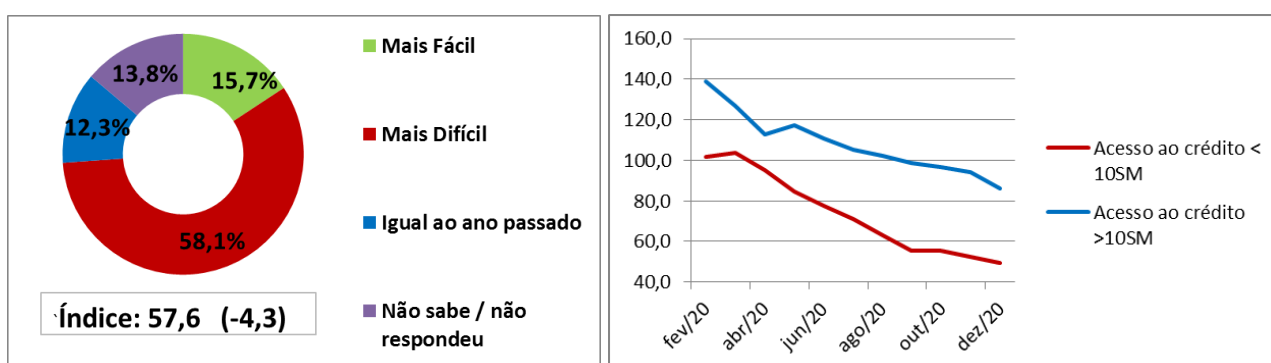
O indicador como um todo se encontra em 67,7 pontos. Isso significa que a maioria dos catarinenses está pessimista em relação à sua perspectiva profissional, o que influencia as decisões de consumo das famílias.



ACESSO AO CRÉDITO

O indicador de compra a prazo e acesso ao crédito acelerou sua deterioração em Dezembro, ao registrar queda de 6,9%, a queda em Novembro havia sido de -4,2% após certa estabilidade em Outubro -0,6%, continuando a acumular perdas. Na comparação anual, o resultado negativo chegou a -49,0%. Em termos absolutos, o índice avançou ainda mais abaixo dos 100 pontos, expressando um resultado negativo e fechou Novembro com 57,6 pontos, o valor mais baixo da série histórica pelo sexto mês consecutivo.

Mais da metade dos consumidores consideram o acesso ao crédito mais difícil do que fácil (58,1% contra 15,7%), a dinâmica observada em Novembro, com maior redução daqueles que não sabem/não responderam, indica que houve uma aceleração na busca por crédito. Em Dezembro, outra qualificação interessante se refere à proporção da redução daqueles que percebiam o acesso ao crédito como mais fácil (-2,1 p.p.), NS/NR (0,8 p.p.) e o veem igual ao ano passado (0,5 p.p.), o que indica que o incremento nas dificuldades em relação ao crédito também avança sobre aqueles que o percebiam com maior facilidade antes, o que pode significar que outros fatores, para além das condições creditícias em si, podem estar prejudicando o acesso ao crédito. Considerando o recorte de faixa de renda, as famílias com renda superior a 10 SM ultrapassaram em Setembro o limiar que passa a considerar desfavorável o acesso ao crédito, foram impactadas de maneira mais grave que as faixas abaixo de 10 SM, que apresentaram deterioração mais rápida e intensa no total do período e agora apresentam maior estabilidade apesar de continuar o viés de queda.



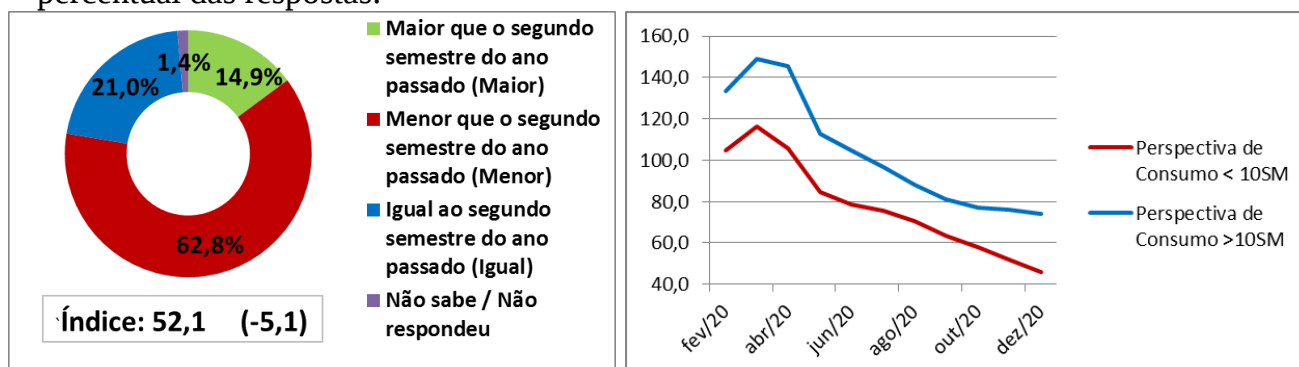
PERSPECTIVA DE CONSUMO

A perspectiva de consumo das famílias catarinenses caiu 9,0% no mês, acelerando ligeiramente a piora das perspectivas pelo segundo mês consecutivo. Já na comparação com o mesmo mês do ano passado, a baixa é de 51,6% - sendo o terceiro indicador mais impactado da pesquisa, atrás apenas do Momento para Duráveis e Nível de Consumo Atual. Isso faz com que as perspectivas de consumo aprofundem um patamar considerado negativo – aos 52,1 pontos esse nível começa a apresentar maiores

riscos futuros, pois a trajetória crescentemente pessimista pode persistir por diversos meses, como foi observado durante a crise de 2016, quando chegou a atingir o fundo de apenas 35,9 pontos em junho de 2016 após um pico de 121,1 em novembro de 2014. A diferença nesta vez é que as perspectivas de consumo não anteciparam as perdas no nível atual, mas ao contrário as acompanharam, e sua velocidade de queda é mais rápida e constante do que a observada na crise anterior. A aceleração das perdas nos níveis atuais de consumo apresentam uma divergência entre as perspectivas e o nível atual, de maneira que as perspectivas se encontram em patamar superior ao nível atual de consumo, o que pode vir a indicar uma melhora dos níveis atuais na medida em que tais perspectivas menos negativas se concretizem.

O impacto da pandemia se distribuiu de maneira similar entre as faixas de renda no que diz respeito ao consumo, guardadas as devidas proporções. Dessa maneira as perspectivas reproduzem padrão semelhante ao do próprio nível de consumo, apresentando tendência de baixa, mas mantendo também a diferença de patamar entre as duas faixas de renda analisadas. Essa deterioração, como já levantado anteriormente tem significados qualitativamente diversos para as duas faixas, sendo mais associada a uma piora absoluta das perspectivas para faixas menores e a uma “estagnação relativa” das perspectivas nas faixas maiores. Em Novembro, as faixas de renda acima de 10 SM apresentaram maior estabilidade com viés de baixa (-2,8%) e contiveram a tendência de piora anterior, ao contrário das faixas até 10 SM, que aceleraram ligeiramente a piora para uma queda mensal de -11,6%.

Tal resultado demonstra um maior pessimismo em relação ao consumo, com mais da metade (62,8%) dos entrevistados prevendo um menor consumo em relação ao segundo semestre do ano passado, como pode ser visto em maior detalhe abaixo no percentual das respostas:



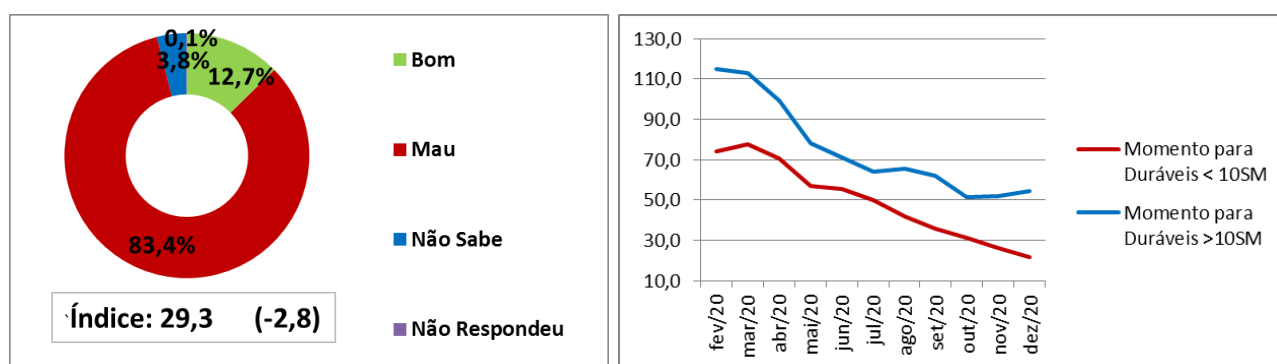
MOMENTO PARA DURÁVEIS

O momento para duráveis caiu -8,6% na passagem de Novembro a Dezembro e segue sendo o indicador mais impactado pela crise, além de continuar com um ritmo considerável de perdas que se sustenta desde Julho, apesar de apresentar leve desaceleração após um fundo de -13,3% em Outubro. No contexto anual, a variação foi de -66,0%. Em termos absolutos, o momento para duráveis situa-se abaixo dos 100 pontos por 48 meses seguidos, o que indica a persistência do patamar negativo mesmo

antes da pandemia. O indicador está atualmente em 29,3 pontos, uma baixa recorde pelo quarto mês consecutivo considerando a série histórica iniciada em 2010, e nível considerado muito preocupante em termos absolutos.

O atual movimento amplamente pessimista reflete a maior restrição no acesso ao crédito observada na prática, assim como é uma reação por parte dos consumidores frente ao cenário de incerteza futura, que o leva a adotar uma postura conservadora no consumo, evitando realizar gastos mais vultosos, o que gera um grande desequilíbrio entre os segmentos do comércio referente à sua durabilidade, com impactos seríssimos nas cadeias produtivas, que muitas vezes dependem de produtos ou insumos importados, o que agrega outro fator de risco em relação ao câmbio.

O impacto ocorreu inicialmente de maneira mais intensa sobre as faixas de renda mais altas, que antes se encontravam em patamar considerado favorável (acima de 110 pontos), de maneira que inicialmente convergiram com as faixas menores, porém a partir de Agosto as duas faixas começaram a apresentar comportamentos divergentes. Em Agosto houve uma primeira variação positiva dentre todos os componentes desta pesquisa desde o início da pandemia, que ocorreu justamente nas faixas de renda superiores em relação aos bens de consumo duráveis, crescendo 2,9%. Em Setembro voltou a cair 5,9% e em Outubro houve ainda maior aceleração nas perdas, que chegaram a cair 16,8% na comparação com o mês anterior, o problema, porém é mais grave nas faixas de renda até 10 SM, que registraram queda de 14,4% em Setembro e caíram 12,4% em Outubro. Em Novembro a tendência de queda acelerou nas faixas até 10 SM (-16,6%) e voltou a se reverter naquelas acima de 10 SM, que registraram variação positiva de 1,0%, e Dezembro manteve ritmo similar de deterioração nas faixas até 10 SM (-16,1%), enquanto as faixas acima aceleraram sua recuperação (4,4%).



A Pesquisa Mensal do Comércio (IBGE) demonstrou continuidade e aceleração da recuperação do segmento de móveis e eletrodomésticos em Setembro, ampliando sua variação positiva no acumulado de 2020 que fica atrás apenas dos grupos de hiper e supermercados no varejo restrito, o que apresenta um quadro surpreendente frente à avaliação crescente dos consumidores de ser um momento cada vez pior para aquisição de duráveis. Esses movimentos contraditórios podem ser explicados pelo fato de que apesar da avaliação qualitativa dos consumidores de ser de um “mau momento” para duráveis, as condições impostas pela pandemia, com reavaliação do ambiente doméstico, também valorizaram e atraíram mais consumidores para este tipo de produto.

Ainda assim, considerando a queda no volume de vendas de veículos (-7,3% no acumulado de 2020 até outubro), e ao comparar a diferença entre a receita nominal (8,1%) e o volume de vendas (11,1%) acumulado, pode-se inferir que está havendo preferência por tickets menores e há pressões deflacionárias (o que também é corroborado pela formação de estoques no setor conforme pesquisa ICEC) que podem levar a situações de promoção e liquidação que incentivam o consumo mesmo em momento adverso, isso se tornou ainda mais evidente na passagem de Novembro a Dezembro, que com a ocorrência da Black Friday parece ter reduzido os estoques do setor, aumentando a proporção abaixo do adequado. O recorte por faixa de renda também indica que tal resultado positivo é puxado mais intensamente por consumidores com maior remuneração.

CONCLUSÃO

A intenção de consumo do consumidor catarinense (ICF-SC) de dezembro de 2020 continua a apresentar um ritmo de queda considerável pelo nono mês consecutivo, atingindo o patamar mais baixo de toda a série histórica iniciada em 2010, o que diverge da dinâmica nacional, que registrou em novembro variação positiva pelo terceiro mês consecutivo, segundo a pesquisa da CNC. O indicador geral ICF-SC caiu 7,0% em dezembro, após amargar queda de 8,7% no mês anterior. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, houve queda de 51,2%, chegando a 54,3 pontos, valor avaliado como de viés consideravelmente pessimista. O nível de consumo atual foi novamente o componente mais afetado, amargando queda de 15,7%, e todos os indicadores continuam a aprofundar a tendência negativa iniciada em abril, excetuando-se a perspectiva profissional, que foi o primeiro indicador a registrar variação positiva, ainda que mínima (0,8%), e também o momento para duráveis nas faixas de renda acima de 10 SM que registraram aceleração da recuperação. Nenhum indicador ainda se mantém em patamar considerado favorável (acima de 100 pontos).

A perspectiva de consumo, indicador fundamentado em expectativas, apresentou continuidade de sua variação negativa e inclusive ligeira aceleração. A perspectiva profissional, componente também relacionado ao futuro, por outro lado, apresentou uma variação positiva, especialmente devido à recuperação observada nas perspectivas das faixas de renda abaixo de 10 SM que vinham caindo continuamente desde o início da crise.

Esse resultado contrasta com os resultados positivos averiguados pela Pesquisa Mensal do Comércio realizada pelo IBGE nos meses anteriores, que apontam para ampliação da retomada no volume de vendas em Santa Catarina, que em Setembro observou a reversão das perdas no acumulado de 2020 para o comércio ampliado. Neste momento, as medidas mais importantes para conter a queda no consumo, do ponto de vista estritamente econômico, continuam a serem as políticas de manutenção e reconstituição do emprego e da renda, assim como medidas de ampliação do crédito que

possibilitem reduzir taxas de juros e risco de inadimplência. A adoção enfática, na proporção e rapidez necessárias, de tais medidas pode minimizar, e tem minimizado, significativamente a deterioração das capacidades de consumo, e se tornam ainda mais cruciais a partir da redução e fim do Auxílio Emergencial. Além disso, riscos macroeconômicos que começam a despontar em relação à inflação, déficit público e taxas de juros também requerem especial atenção, pois podem prejudicar sobremaneira as intenções de consumo, seja diretamente como no caso do poder de compra em relação à inflação, como também indiretamente como a relação do déficit público e o acesso ao crédito.

A redução de 50% do Auxílio Emergencial também representa um impacto negativo do ponto de vista do poder de compra de consumidores mais vulneráveis, apesar de Santa Catarina ser o estado com menor proporção na utilização do programa (22,9% dos domicílios segundo a PNAD Covid-19 de Outubro), os valores injetados na economia catarinense entre Abril e Agosto representaram quase 4 bilhões de reais, segundo o Portal da Transparência, o que foi suficiente para recompor as perdas salariais estimadas devido à impossibilidade de trabalhar, demissões, reduções e suspensões contratuais. Esse processo passa a ser revertido na medida em que os níveis de ocupação retomados entre junho e outubro (+95.343) se aproximam das perdas no emprego formal entre março e maio (-110.031). Santa Catarina desponta na liderança nacional do saldo positivo no emprego formal em 2020 segundo o CAGED, e enquanto já reverteu 86,65% das vagas perdidas, a retomada no país é de 67,53% até Outubro. Ainda assim, devem-se considerar diferenças substanciais no perfil das vagas perdidas e criadas no período, de maneira que a aceleração da retomada no mercado de trabalho ainda precisa se consolidar nos próximos meses e superar barreiras em atividades e grupos mais afetados.

Por fim, se destaca no presente o péssimo momento para bens duráveis com contínuo viés de piora, o que o está levando tal indicador a níveis historicamente baixos. Houve também uma nova tendência a divergência entre as faixas de renda, na medida em que o ritmo de queda se acelerou nas faixas abaixo de 10 SM enquanto as faixas acima registraram variação positiva. Dessa maneira, junto às políticas direcionadas à garantia do emprego e renda para resguardar as intenções gerais de consumo, devem ser consideradas também linhas de crédito especiais e estímulos fiscais apropriados, focalizadas nos consumidores e no emprego formal, especialmente de faixas de renda mais baixas, para reativação dos segmentos de duráveis e semiduráveis, que possui grande potencial econômico encadeador e já demonstrou sinais sólidos de retomada segundo as últimas Pesquisas Mensais do Comércio do IBGE, assim como de sua produção industrial.

METODOLOGIA

Foram entrevistados na primeira semana do mês consumidores em potencial, residentes no Município de Florianópolis, com idade superior a 18 anos.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por, no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d” (erro amostral) assumiria, no máximo, valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para “p” igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de, no mínimo, 500 consumidores esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semiamplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.